

Diário do Legislativo de 23/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais -TFAMG- e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER - MG a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático - escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e similares afixarem placas de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 17/2007, do Deputado Eros Biondini, que determina a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite dos tipos C e B. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento, aos pais ou responsáveis legais, de informações sobre a vida escolar dos alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins- e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir medidas de prevenção da dengue e combate ao mosquito "Aedes Aegypti", bem como o plano de ação do governo em relação à doença com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.203/2008, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 716/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 116/2007, do Deputado André Quintão; 232/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 492/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira; 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 2.165 e 2.199/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre projetos em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.636/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.219/2008, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 23/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.170/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.187/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.202/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.204/2008, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 23/4/2008, destinadas: I - à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; II - 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 17/2007, do Deputado Eros Biondini, que determina a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite dos tipos C e B; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento, aos pais ou responsáveis legais, de informações sobre a vida escolar dos alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada no Estado; 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e similares afixarem placas de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins- e dá outras providências; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático - escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER - MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; e 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de abril de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial da Reforma Tributária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Sebastião Helvécio, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente, de designar o relator e de programar os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2008.

Sebastião Helvécio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 37/2007, do Deputado André Quintão, 234/2007, do Deputado Arlen Santiago, 578/2007, da Comissão de Participação Popular, 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 999/2007, do Deputado Tiago Ulisses, 1.041/2007, do Deputado Neider Moreira, 1.754/2007, da Deputada Rosângela Reis, 1.862/2007, do Deputado Carlin Moura, 2.009/2008, do Deputado Hely Tarquínio, 2.056/2008, do Deputado Bráulio Braz, 2.066/2008, do Deputado Eros Biondini, 2.067/2008, do Deputado Padre João, 2.099/2008, do Deputado Eros Biondini, 2.105/2008, do Deputado Carlin Moura, 2.108/2008, do Deputado Paulo Guedes, 2.119/2008, do Deputado Roberto Carvalho, 2.147/2008, da Deputada Elisa Costa, 2.167/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 2.171/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.183/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.185/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.188/2008, do Deputado Deiró Marra, 2.233/2008, do Deputado Antônio Júlio; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.104, 2.111 e 2.112/2008, da Comissão de Participação Popular, 2.132 e 2.165/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.169/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.185/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2008.

Rosângela Reis, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 2.162/2008

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em epígrafe acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público – Oscip.

Ao ser analisada em 1º turno, a matéria recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade e desta Comissão parecer pela aprovação. Foi o projeto aprovado em 1º turno na forma original.

Retorna, agora, a matéria a esta Comissão para receber parecer no 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta legislativa em exame pretende alterar o dispositivo da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que trata das regras de celebração do termo de parceria no caso em que a qualificação da entidade como Oscip se dá com base na experiência dos seus dirigentes.

O objetivo é possibilitar que uma entidade qualificada como Oscip, nos termos do § 1º do art. 7º da referida lei, possa celebrar o termo de parceria para concretizar os objetivos sociais previstos na lei. O citado dispositivo autoriza que, da data de sua publicação até 31/12/2009, a apresentação de documentos que comprovem a experiência mínima de dois anos da entidade na execução das atividades indicadas no seu estatuto social, necessários para a qualificação da entidade como Oscip, seja suprida pela comprovação da experiência dos dirigentes da entidade na execução das atividades indicadas em seu estatuto social, conforme previsto em regulamento (parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 17.349, de 17/1/2008).

Como já foi defendido na análise da matéria por esta Comissão, em 1º turno, trata-se de uma forma de uniformização da norma, com o fito de permitir a parceria entre o poder público e a entidade da sociedade civil se esta tiver sido qualificada com base na experiência de seus dirigentes.

Entendemos que a matéria deve ser aprovada para que os objetivos da lei que se pretende alterar sejam viabilizados.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação da matéria em 2º turno.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Inácio Franco, relator - Ademir Lucas.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/4/2008

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas presentes no início desta reunião de terça-feira, venho aqui neste momento para repudiar uma afirmação do Deputado Federal Ciro Gomes, que, quando esteve aqui com S. Exa., o imperador e rei Governador Aécio Neves, disse que quem não rezar na cartilha do governo, quem não rezar na cartilha do PT e do PMDB será a escória da política mineira. Talvez o Sr. Ciro Gomes mais uma vez esteja morrendo pela boca. Ele se esquece de que nós, políticos, nós, do PMDB, estamos repudiando, de alguma forma, o que se está tentando impor em Minas Gerais. Não somos escória.

Queria dizer ao Deputado Ciro Gomes que tenho cinco mandatos de Deputado, fui Prefeito da minha cidade, disputei eleição em cima de porrete da ditadura do atual governo, que queria de todas as formas me derrotar. Sou um sobrevivente da ditadura militar, sou um sobrevivente da política de Minas. Por isso nós, mineiros, não podemos admitir que Ciro Gomes venha aqui amedrontar a política de Minas e dizer que quem não estiver a favor do Governador Aécio Neves é escória da política. V. Exa. está equivocando, Sr. Deputado Federal Ciro Gomes, assim como ao falar das mulheres do nosso Brasil na eleição para Presidente da República. Houve um desrespeito com todas as mulheres brasileiras. Agora V. Exa. vem a Minas Gerais desrespeitar a classe política, querendo fazer afago no Governador Aécio Neves. Queria dizer ao Ciro Gomes que já existe "nego" demais babando no Aécio Neves, já existe puxação de saco excessiva, a ponto de incomodar o próprio Governador. Não precisava ele vir de onde veio para chegar aqui e tentar descaracterizar a política de Minas, descaracterizar os políticos de Minas. Nem todos são obrigados a rezar nessa cartilha. Temos nossas ideologias e nossos fundamentos. Não rezar na cartilha não significa fazer oposição ao Governador ou a quem quer que seja. Temos de ter posição, mas, infelizmente, esses mandatários acham que isso é fazer oposição. Estão totalmente equivocados, Deputado Getúlio Neiva. Isso foi um desrespeito a todo o Parlamento, até àqueles que estão do lado do Governador. Estamos vendo todo o mundo um pouco acanhado. A maioria não está aceitando, mas não quer se manifestar. Não vemos a parcela do PT que é contra se manifestar também. E então ela é escória do PT, é escória do Lula. Estou entendendo que, infelizmente, o PT de Belo Horizonte não é o mesmo PT de Lula, porque aquele é o PT do Fernando Pimentel. Os que não comungam com essa proposta do PT do Pimentel, como o Ministro Patrus Ananias, um dos homens mais íntegros da política mineira, serão chamados de escória? Não podemos permitir isso, em respeito a figuras importantes do nosso partido. Se o PT não sentiu as dores do Ministro Patrus Ananias, isso é problema seu. Como mineiro, homem público e político, que faço política por convicção, porque gosto, não posso permitir e aceitar que o ex-Ministro e Deputado Ciro Gomes venha aqui tentar desmoralizar a classe política. Talvez ele tenha se esquecido de que nós, do PMDB, temos o nosso posicionamento. Não estamos atrás de cargos nem de empregos. Aliás, isso foi dito ao Governador numa reunião que tivemos com ele. Fui um

dos porta-vozes que disse ao Sr. Governador que não estamos aqui pedindo secretaria ou emprego. Queremos - e foi o que dissemos a ele - é fazer um projeto para Minas Gerais e para o nosso Brasil. Que possamos discutir o que é bom para o nosso povo, e não o emprego, como disse o Ciro Gomes. Ele está por fora e veio dar palpite onde não deveria. Talvez ele não saiba que estivemos reunidos com o Governador há um ano. Deputado Getúlio Neiva, nós, do PMDB, dissemos ao Governador que não poderíamos exigir nada do governo porque o PMDB apoiou a candidatura do PT em Minas Gerais. Democracia se faz é dessa forma, isto é, se você ganhou, você tem as benesses, mas, se não ganhou, espera quatro anos para tê-las. Meu líder, Deputado Gilberto Abramo, e Deputado Gustavo Valadares, o que não podemos permitir é que esse senhor venha aqui, em Minas Gerais, para dizer ao nosso Governador que quem não rezar na cartilha dele será escória da política. Escória deve ser cada uma das amantes do Ciro Gomes. Digo isso porque, quando ele desrespeitou todas as mulheres do nosso Brasil, ele perdeu as eleições. E agora veio a Minas Gerais desrespeitar a classe política. Quando as pessoas ouvirem essa notícia, independentemente de serem ou não do PSDB - vejo que só o PT está um pouco acuado, mas não sei qual o motivo e também não tenho de entrar nessa seara -, ficaram indignadas, e eu também. Aliás, hoje, o PMDB está fazendo uma nota de repúdio ao Ciro Gomes, pois não podemos aceitar isso calados. Nós, políticos, precisamos manifestar-nos. Tenho dito que há essa apatia, essa calma do Parlamento, que não tem coragem de levantar nenhuma situação que desagrade os nossos companheiros ou a política. Nós nos permitimos acomodar e fingir que não está acontecendo nada. É por isso que a política está do jeito que está e que o Parlamento está de quatro, ou seja, de joelhos, pois deixamos que todos falem do Parlamento e ajam contra ele, sem esboçarmos nenhuma reação.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, solicito-lhe aparte para lhe dizer que V. Exa. tem o meu integral apoio sobre o repúdio que dirige do Plenário desta Casa e que esse documento já está circulando. Aliás, já o assinei. Nós, do PMDB, realmente temos uma posição muito clara. Como disse V. Exa., estivemos com o Governador, e não houve apoio do PMDB a S. Exa. Portanto, não temos direitos nem pretendemos tê-los, assim como não quisemos, em momento nenhum, espaços no governo ou privilégios. Fato é que temos certa independência em relação ao governo, mas, na maioria das vezes, apoiamo-lo em função do que está correto e do que Minas precisa.

Entristece-me a posição do Ciro Gomes, em quem votei no primeiro turno da eleição presidencial, da mesma forma quando ofendeu as mulheres. Agora, ele diz que quem não se ajoelha perante as decisões de Pimentel e do Governador é escória, escória da política. Ele é um cidadão que poderia ter maiores oportunidades na política deste país não fosse a sua permanente disenteria verbal que acaba com todas as suas propostas. Recentemente ele esteve aqui e xingou todo o mundo que era contra a transposição do Rio São Francisco. Todos os mineiros foram xingados por isso. Então, essa disenteria verbal do Ciro Gomes é tradicional. Nós, que o conhecemos, sabemos disso, mas não podemos aceitar. Então, a reação de V. Exa. recebe o meu apoio e os meus sinceros parabéns.

O Deputado Antônio Júlio* - Gostaria de dirigir algumas palavras ao Deputado Carlin Moura. Deputado Getúlio Neiva, vou ler um trecho, já que o Ciro está ao lado do Governador. (- Lê:)

"Ciro não quis nomear a escória, mas deu suas características. Eu me refiro a todos os setores que põem o interesse público de lado e negociam, fisiologicamente, frações de poder, de cargos, de emendas, de safadeza e de ladroeira." E acho que, se ele tem essa informação, se sabe quem são essas pessoas, deveria ter mais coragem de dizer quem são ou a qual partido pertencem, e não ficar enlameando toda a classe política de Minas Gerais. Como peemedebista, não faço parte desse acordo do PSDB com o PT, e até nem tem motivo, porque a eleição é municipal, apesar de ser para 2010. Eles não estão preocupados, em hipótese alguma, com Belo Horizonte. Estão querendo usar o prestígio dos dois para fazer um planejamento para 2010.

Então penso que Ciro Gomes foi mais uma vez infeliz. E acredito que nós, da Assembléia Legislativa, independentemente de partidos, deveríamos exigir dele uma retratação ou explicação pública. Se ele tem a certeza de que aqueles que se opõem a esse acordo do PT com o PSDB são safados e estão atrás de cargos, deveria dizer os nomes, pois a carapuça não serviu em mim, não. Mas a insatisfação serviu, e bem. Temos de reagir.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Júlio, referendo integralmente o pronunciamento de V. Exa. O destempero verbal do ex-Ministro Ciro Gomes lhe é peculiar. No entanto, muito nos admira o seu profundo desconhecimento da política mineira. Ciro Gomes não entende nada de Minas Gerais nem dos valores democráticos do povo mineiro. Aqui, em Minas, aprendemos a fazer política desde cedo, acima de tudo respeitando o outro e com diálogo. Minas nunca aceitou nem aceitará nenhuma candidatura de cabresto, de cima para baixo, sem um diálogo com as forças políticas. E o ex-Ministro Ciro Gomes deveria, primeiramente, ter respeito por Minas Gerais e pelos partidos políticos que aqui atuam, como, por exemplo, o grande PMDB. Deveria ter respeito, inclusive, pelo PCdoB, que também não concorda com a forma como está sendo articulada essa aliança PT-PSDB. Ele deveria pedir perdão ao povo mineiro, porque um velho ditado já diz: em Minas, só se ajoelha diante de Deus. Não vamos nos ajoelhar diante da arrogância, da prepotência e do destempero verbal desse ex-Ministro. Que se tenha respeito por Minas Gerais, porque isso é bom e o povo mineiro agradece!

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado. Talvez essa indignação ainda não tenha chegado à maioria dos Deputados, por desconhecimento ou por falta de vontade de se manifestar. Talvez porque nós infelizmente nos acomodamos. Hoje não se discute mais política. Por isso o Sr. Ciro Gomes vem aqui dar palpite em nossa política, dizendo que todos nós temos de rezar na cartilha desse acordo do PT com o PSDB. Aproveito este momento e a presença do Líder da Maioria, Deputado Domingos Sávio, e do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, para dizer que a Semad, desde outubro do ano passado, prometeu rever o Decreto nº 44.309, mas até hoje não fez nada. Um total desrespeito ao parlamento, porque o ex-Ministro Zé Carlos, hoje Secretário do Meio Ambiente, veio aqui em outubro com sua equipe e disse que haveria uma mudança desse decreto, que tem trazido insatisfação à população de Minas Gerais, principalmente no meio rural. E, até hoje, nada. Os técnicos mandam mais que a classe política. Deveria haver uma reação deste Parlamento, aprovando um projeto de resolução suspendendo os atos desse decreto. Mas, infelizmente, continuamos sem agir e sem defender os interesses do povo mais simples, sem defender o homem do campo, que tem sofrido diariamente as ações da polícia ambiental do nosso Estado.

Em nome de uma lei, de um decreto totalmente inconstitucional e irresponsável, que não dá condição de ação à PMMG e ao IEF, eles continuam agindo, perseguindo e massacrando principalmente a população mais carente, os que mais necessitam da classe política - os produtores rurais. Aproveito a chegada do Deputado Antônio Carlos para dizer que gostaria que ficasse registrada a minha tese de voltarmos a cobrar a edição do Decreto nº 44.309 ou de fecharmos este Parlamento - aí, cada um vai para casa e passa aqui no dia 5, para receber o salário. Agindo como vem agindo o Parlamento, estamos prestando um desserviço a Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de dar início ao assunto que me traz a esta tribuna, quero, em meu nome e em nome do PHS, solidarizar-me - como indica a nossa sigla - com os trabalhadores em contratos administrativos da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, que hoje nos prestigiam das galerias. Sinto-me à vontade para cumprimentá-los, pois, muito antes de imaginar estar na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, como representante de vocês, eu já atuava como voluntário na Colônia Santa Isabel, um dos lugares mais atendidos pela Fhemig, onde exerci, durante anos, um trabalho missionário e voluntário junto aos hansenianos. Esses trabalhadores nos trouxeram um ofício em que dizem, em nome do conjunto de trabalhadores em contratos administrativos, que esses servidores, que prestam serviço há mais de 10 anos na Fhemig, sem nenhuma garantia dos direitos trabalhistas, caso sejam demitidos do serviço público, terão séria dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, já que a maioria se encontra em idade avançada. Neste pronunciamento, impossibilitado de lê-lo na íntegra, quero deixar registrado o protocolo de recebimento deste ofício em meu gabinete. Solidarizando-me com eles, quero que se registre também o risco que esses trabalhadores estão correndo e a necessidade de atendê-los, para que as demissões não ocorram. Contem conosco, com o nosso apoio, com a nossa força e com o envolvimento, tenho certeza, dos demais Deputados, nobres pares desta Casa. Estamos solidários com a luta de vocês, para que não haja demissão, mas, ao contrário, que

vocês sejam efetivados, como é seu desejo e anseio, o que consideramos plena justiça e direito.

Cumprimento também os demais senhores e as demais senhoras que nos acompanham das galerias e de centenas de Municípios do nosso querido Estado, pela TV Assembléia; os servidores desta Casa - repórteres e os que nos auxiliam dia a dia, em nosso serviço parlamentar. Digo sempre - e isso será tema do meu próximo boletim - que acredito plenamente que o segredo do êxito de qualquer trabalho político, no Parlamento ou no Executivo, esteja na formação de uma boa equipe. Sozinhos, não conseguimos realizar as coisas.

Por isso, no âmbito partidário, o PHS, Sr. Presidente, prima por valorizar o trabalho de equipe, o trabalho eficaz de uma equipe gestora, não só de um gabinete parlamentar, de uma Casa Legislativa, mas também do Executivo, de uma administração pública, seja da Capital, seja do interior. Uma administração pública eficaz diminui os gastos com o governo para possibilitar maiores gastos com o povo. Chamamos hoje de gestão participativa o projeto político que o Partido Humanista da Solidariedade, meu querido PHS, desenvolve e propõe para o nosso Estado, a nossa Capital, o nosso país.

O que me traz aqui, hoje, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é a notícia, a motivação e o convite para todos estarem conosco no dia 27 próximo, nesta Casa, na próxima Convenção Nacional do PHS. A escolha da nossa Capital, Belo Horizonte, para ser sede da Convenção Nacional do PHS se dá pela constatação da direção nacional do partido do protagonismo de Minas Gerais na política do País. Reconhecendo isso e a atuação dos parlamentares mineiros - quero enfatizar o trabalho que vem realizando o Deputado Federal Miguel Martini na Câmara Federal -, a direção do PHS optou por trazer para Belo Horizonte a sua convenção nacional, em que estarão reunidas lideranças do PHS de todo o Brasil.

Antes de dar seqüência a esse comunicado e a tudo o que nos motiva estar aqui, concedo um aparte ao nobre Deputado Antônio Carlos Arantes, que acredito querer apartear-me em relação aos trabalhadores da Fhemig.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Como V. Exa., também recebi hoje a visita dos funcionários contratados da Fhemig. Qualquer Deputado que tenha sensibilidade e coração manso fica sensibilizado com a situação desses funcionários. Espero que possamos, com nossos pares - estarei junto, à frente -, ter iniciativas que venham acabar com o sofrimento e a preocupação desses funcionários. O meu aparte é no sentido de buscarmos uma solução junto ao governo do Estado, pois sabemos que o Governador Aécio Neves é um homem que pensa muito nas pessoas que têm dificuldade. Hoje, quando se perde o emprego, não é fácil voltar ao mercado de trabalho, principalmente, no Brasil, para as pessoas que já passaram dos 35, 40 anos, que não são mais jovens. Contem conosco, estamos juntos.

Quero também cumprimentá-lo pelo seu PHS. V. Exa. mostra sua força quando traz a convenção para Belo Horizonte, em razão da sua grande liderança. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, nobre Deputado.

Gostaria, Sr. Presidente, de enfatizar que nós, enquanto representantes do povo mineiro, temos um papel fundamental e protagonista na discussão e na condução da política atual do nosso país. E não podemos perder este momento favorável, quando os olhares de todos os Estados se voltam para o nosso, para perceber aqui o novo, uma vanguarda em propostas e projetos para uma melhor administração pública, uma melhor condução do sistema político, com mais justiça, mais fraternidade, mais solidariedade. Essa é a grande bandeira do PHS, que tem sido reconhecido também por meio do nosso trabalho nos demais Estados da Federação, enfatizando que a gestão participativa pressupõe, ao mesmo tempo que uma eficácia maior dos gestores, dos administradores, do conjunto de técnicos e políticos que gerenciam o Município ou o Estado, uma participação popular maior nas decisões políticas.

Acreditamos nisso. Para mim, é uma honra ser o Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular. Nesta 16ª Legislatura, por inúmeras vezes, em nome dessa Comissão, trouxe para esta Casa audiências públicas, a realização de debates com a comunidade, além de tantos e tantos segmentos aqui representados. É nossa missão e alegria trazer a população para esta Casa, a fim de discutir e conosco buscar as melhores soluções para os pontos críticos, sobretudo a nossa grande desigualdade social e regional. Como Partido Humanista da Solidariedade, precisamos, devemos e queremos participar ativamente das discussões políticas nas principais capitais do Brasil - aliás, Belo Horizonte, terceira Capital do nosso país, é uma delas -, porque acreditamos ter propostas solidaristas e revolucionárias para o bem comum da nossa população.

Portanto, Sr. Presidente, estar aqui, hoje, convidando e, ao mesmo tempo, comunicando aos nobres pares sobre a Convenção Nacional do PHS no dia 27, na Assembléia Legislativa, é uma notícia de extrema e relevante importância. No dia 26, teremos um curso de formação política obrigatório para todos os pré-candidatos do PHS. Contaremos com a presença do Prof. Philippe Guédon, seu fundador, que hoje é uma reserva moral neste nosso país e que realmente levanta a bandeira do solidarismo, ou seja, é um dos pais do solidarismo. O que significa solidarismo? Significa considerarmos os concidadãos de um Município e de um Estado como membros de uma mesma família. Aliás, quando somos membros de uma mesma família, mesmo havendo diferenças de irmãos para irmãos, de pensamentos, de profissões e de êxitos econômicos e financeiros, não podemos aceitar que uns tenham tudo e outros praticamente nada. Como diz aquela música do Pe. Zezinho: "Que nenhuma família se abrigue debaixo da ponte". Essa é a nossa bandeira solidarista e humanista. Não um humanismo ateu, mas cristão, que busca o homem como imagem e semelhança de Deus e, portanto, portador de uma dignidade incomensurável.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, teremos a presença de pessoas ilustres. O Sr. Carlos Traboulsi, Presidente nacional do Partido Demócrata Cristão da Argentina, estará conosco no dia da convenção e da formação, dia 26, para acompanhar todo esse trabalho, e percorrerá comigo os quatro cantos da nossa Belo Horizonte - aliás, tomará o ônibus em Venda Nova. Queremos encarnar a experiência de milhares de trabalhadores que tomam o ônibus em Venda Nova, para, muitas vezes, trabalhar na Zona Sul. Além disso, queremos perceber "in loco" as dificuldades e a realidade que os trabalhadores enfrentam. Ele faz questão de ir também aos aglomerados e às vilas. Além de Presidente do PDC da Argentina, é membro efetivo da Organização Demócrata Cristã da América - ODCA. A sua esposa, Gabriella Traboulsi, Presidente feminina das Democratas Cristãs da América, estará nos prestigiando na Convenção Nacional do PHS. É motivo de alegria a vinda do Presidente do Partido Demócrata Cristão da Argentina ao Brasil, a Belo Horizonte, para demonstrar o seu apoio às propostas solidaristas desse Partido.

Contaremos também com a presença da nossa querida Míriam Rios, minha grande amiga, que, apesar de ter nascido em Belo Horizonte, atualmente mora no Rio de Janeiro. Ela é uma grande defensora da doutrina social cristã da Igreja e virá aqui para filiar-se ao PHS do Rio de Janeiro, justamente por ser uma convenção nacional. Temos visto seu nome crescer, para que, em 2010, também haja um quadro muito importante para ser lançado no Rio de Janeiro, tendo-a como candidata a Deputada Estadual.

Teremos a participação de muitas pessoas e não podemos ficar de fora das discussões políticas da nossa cidade, do nosso Estado, pois isso faz parte da nossa história.

Sr. Presidente, considero hoje providencial a presença dos trabalhadores da Fhemig com contrato administrativo. Muito do que temos dito aqui são experiências como a de vocês, que constatamos na prática. Convivi anos na Colônia Santa Isabel e percebi o trabalho dos funcionários contratados da Fhemig naquele local, dedicados, obstinados por ajudar e servir à comunidade. Assim como vocês, com quem convivi durante muito tempo, também convivi nos aglomerados, nas vilas, nas comunidades terapêuticas em prol da recuperação de toxicod dependentes. Por isso, Sr. Presidente, é com alegria que convido V. Exa., demais Deputadas e Deputados e toda a população para nos prestigiarem no dia 27,

em que faremos uma grande convenção, a Convenção Nacional do PHS, que, com certeza, é uma linda alternativa para o futuro do País, do nosso Estado e da Capital. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores da Fhemig com contrato administrativo presentes nesta tarde, venho à tribuna desta Casa fazer um alerta e cobrar um posicionamento oficial da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais a respeito da atuação de seus Promotores, em especial neste ano de 2008, ano de eleições municipais.

Tratarei aqui, Sr. Presidente, de um fato ocorrido na última semana, em Peçanha, onde tenho as minhas raízes, por minha família materna. O Prefeito Rangel, daquela cidade, é pessoa de bem, trabalhadora; foi Prefeito outras vezes daquele Município e vem desempenhando o seu papel. Na semana passada, ele recebeu uma recomendação do Promotor Christiano Leonardo Gonzaga Gomes - ainda não tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente - que diz respeito a uma festa que será realizada naquele Município, na próxima sexta-feira, para a inauguração de um muro que cerca o parque de exposição daquela cidade. O "show" da próxima sexta-feira será da Banda Calypso, e, tenho certeza, atrairá moradores carentes - até de atrações culturais do porte dessa banda - de toda a nossa região do Centro-Nordeste mineiro.

Sr. Presidente, na última semana o Prefeito recebeu uma recomendação do Promotor que atua naquela Comarca, a qual muito estranhei. Por diversas vezes, ao fazer a recomendação, esse Promotor ultrapassa os limites das normas constitucionais e legais que regem o ordenamento jurídico do nosso país, conseqüentemente do nosso Estado e do Município de Peçanha.

Já tive a oportunidade de vir a esta tribuna relatar fatos ocorridos por conta de atos de Promotores de Justiça do nosso Estado que, por algumas vezes, têm-se utilizado de instrumentos, recomendação ou Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, para ultrapassar seus limites de atuação. Aliás, entram em seara do Legislativo ao legislar por meio de TAC, ultrapassando também as normas constitucionais legais, como no caso da proibição da venda de cerveja no Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão. Mais uma vez, surpreendo-me com essa recomendação. O que me preocupa não é a recomendação, mas o que está por vir no ano eleitoral. O que o Ministério Público faz - e acredito que seja sem o conhecimento do seu Procurador-Geral - é dar um tratamento de dois pesos e duas medidas.

Relatarei o que está acontecendo. Deputado Rêmoló Aloise, o Prefeito Rangel, de Peçanha, recebeu uma recomendação que o proíbe de inaugurar o muro do parque de exposição. A inauguração pode ocorrer. Ele até abriu uma exceção: poderia haver descerramento de placa, Deputado Neider Moreira, mas sem manifestação, sem que o Prefeito, os Deputados majoritários - estadual e federal - daquela cidade, os Vereadores e o Presidente da Câmara possam usar da palavra. A sua justificativa é que haveria ali uma manifestação de caráter pessoal em ano eleitoral. Por conta disso, Deputado Getúlio Neiva, não poderia haver manifestação alguma do Prefeito e de nenhum agente político.

Mas ele não pára por aí. Além de nos deixar puxar aquele paninho para descerrar a placa - pela sua boa-vontade, parece que está fazendo uma concessão ao Prefeito; o que não é verdade -, ele diz que a inauguração deve ser feita até 2 horas antes do "show" começar. Ele dá o prazo final para a inauguração. Se passar das 2 horas, não se pode inaugurar mais nada. Ele diz também que, durante o "show" da Banda Calypso, não poderá haver menção nem a presença de agentes políticos no evento. Tudo é justificado por conta do ano eleitoral.

Isso me preocupa porque tenho certeza de que não é por má-fé que o Promotor faz isso, mas por desconhecimento do nosso ordenamento jurídico, por desconhecimento da nossa legislação eleitoral. Já disse isso aqui. As notas taquigráficas atestam que não estou mentindo.

Há quatro anos, quando das eleições municipais, fiz um aparte - não me lembro a qual Deputado - para alertar o Ministério Público a chamar todos os Promotores que atuavam na área eleitoral naquele ano para um curso de aperfeiçoamento das leis eleitorais, mostrando-lhes o que pode e o que não pode ser feito. Isso não ocorreu; e aqui está o fruto da omissão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O que mais me impressiona é que hoje chegou ao meu gabinete a revista "Mercado Comum", que trata da administração e economia de Minas Gerais, a qual circula em Belo Horizonte. Em suas páginas iniciais, há uma longa entrevista com o Prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel. Não sou contra entrevista. Acho que o Prefeito tem todo o direito de dar entrevista a qualquer veículo de comunicação, mesmo em ano eleitoral, pois é um direito dele, que é o Prefeito da cidade, é o Chefe do Executivo. A primeira questão que apresentaram a ele, na revista, foi: "Gostaria que o senhor falasse sobre o cidadão e o profissional Pimentel". Em ano eleitoral! E aí ele fala das qualidades dele. Reconheço que é um homem que tem qualidades, um homem de bem. Mas, além disso, nessa mesma revista, na última página, vem uma propaganda, de todo tamanho, da Prefeitura de Belo Horizonte, a qual fala a respeito do Vila Viva, um belo projeto social que está sendo ampliado. Ele estava sendo trabalhado apenas no Aglomerado da Serra, mas agora está indo para outros aglomerados de Belo Horizonte.

Então isso é apenas para mostrar que o Prefeito Rangel, de Peçanha, não pode inaugurar o muro de um parque de exposição, sendo que ele lutou para conseguir a verba para fazer esse muro. Mas o Prefeito Fernando Pimentel, sim, pode dar entrevista em revista que circula em Belo Horizonte e em todo o Estado; e ainda colocar uma propaganda na última página. Eu trouxe essa revista, porque ela chegou hoje ao meu gabinete. Poderia ter trazido o "Estado de Minas" ou outros jornais. Além disso, fica aqui outra pergunta: o Ministério Público tem agido e fez alguma recomendação ao Presidente Lula nessas visitas que faz aos mais diversos Estados e cidades do nosso país, para anunciar obras do PAC? Eu não tenho notícia de nenhuma recomendação que foi feita, pelo Ministério Público, pela Procuradoria-Geral da União, ao Sr. Presidente da República, por conta desses anúncios eleitorais. Esses, sim, são eleitorais. E é um direito dele. Então, até que avisem a ele, que o proibam de fazê-lo, é um direito dele. Por que nós, aqui, em Minas Gerais, vamos aceitar esse tratamento de dois pesos e duas medidas do Ministério Público do Estado?

Sr. Presidente, ainda tenho 5 minutos, mas inscrevi-me pelo art. 70, para, por volta das 15h30min, voltar à tribuna e falar mais a respeito do assunto, e espero que possa fazê-lo. Digo aqui, com toda a franqueza, com toda a sinceridade, com toda a transparência: não sou perseguidor de Promotores ou de ninguém do órgão do Ministério Público do Estado. Muito pelo contrário, respeito o papel dos Promotores, respeito o papel do Sr. Procurador-Geral. Acredito piamente que se criou esse órgão e se deu força a ele para que seja o guardião das leis neste Estado Democrático de Direito em que vivemos no País. Agora, que as coisas estão tomando um rumo assustador em Minas Gerais, isso sim. E por culpa da inércia dos mais diversos representantes, seja do Poder Legislativo Municipal, do Poder Legislativo Estadual ou do Poder Executivo, que ficam calados ao ver uma aberração dessas ser cometida contra um Prefeito do interior do nosso Estado, de uma cidade pequena. Pequena sim, mas de homens de bem, de homens trabalhadores, de um Prefeito de bem, de um Prefeito trabalhador.

Na sexta-feira, nessa mesma cidade, estaremos recebendo a visita do Secretário Fuad Noman Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas, juntamente com o Deputado Federal Rafael Guerra, que comigo também é votado lá. E, de acordo com a recomendação do Sr. Promotor, ele também não pode fazer nenhuma manifestação. Esse Promotor chegou ao ponto, Deputado Sargento Rodrigues - a quem concederei um aparte -, de pedir à Prefeitura que recolhesse os convites do evento que já haviam sido vendidos, dizendo que a Prefeitura Municipal não poderia... Ele diz na sua recomendação: "Considerando que a venda de ingressos de um "show" realizado pela Prefeitura constitui forma de receita não prevista em lei, conforme a Lei nº 4.320, de 1964, arts 9º e 11, desobedecendo o que nela está previsto".

Por desconhecimento dele, passarei a ler a definição dada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: "O Tribunal de Contas do Estado, na Consulta nº 47.282, de 1992, respondeu afirmativamente quanto à cobrança de ingressos pela Prefeitura, logo não há desrespeito à Lei nº

4.320 de 1964". Esse Promotor pediu ao Prefeito que recolhesse os convites que já estavam vendidos e fez com que a Prefeitura e os seus funcionários recortassem o nome da Prefeitura Municipal de todos os ingressos para o "show" que será realizado na sexta-feira. Ele chegou a fazer esse papel ridículo. Daqui a pouco, falarei pelo art. 70 para tratar desse assunto.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero apenas cumprimentar V. Exa. e dizer que está corretíssimo no seu encaminhamento. Esta Casa tem o dever, não apenas constitucional, mas também moral, de fiscalizar os Poderes. Certamente não será o Ministério Público que ficará à margem dessa fiscalização.

Embora o Deputado Weliton Prado não esteja presente, outro fato que quero mencionar diz respeito ao que aconteceu na cidade de Coromandel, há cerca de 20 dias. A Promotora, à luz do dia, às 11 horas da manhã, determinou a apreensão dos cartazes do Deputado Weliton Prado, aliás, pagos com verbas indenizatórias, o que é lícito pois é publicidade do mandato em relação à Cemig. Ordenou a apreensão do material sem mandado de busca e apreensão, apenas com ordem dela. Portanto, mais um abuso cometido. Isso foi comentado com o Procurador André Ubaldino nesta Assembléia. Disse ao Procurador que estão extrapolando, que Promotora de Justiça não tem que apreender material de publicidade de mandato de Deputado sem ordem judicial. Mesmo que houvesse ordem judicial, poderia ser contestada pelo que apregoa o Regimento Interno da Casa, as resoluções internas. Portanto cumprimento V. Exa., aliás, é esta Casa que precisa exercer essa fiscalização e cobrar do Procurador-Geral de Justiça.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Só quero parabenizar o Deputado Gustavo Valadares pelas considerações e gostaria de sugerir a V. Exa. que solicite ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, a formação de comissão para ir até o Ministério Público, pois vemos excessos e abusos todos os dias. Isso me fez lembrar da minha campanha para Deputado e solicitei autorização para pintar um muro em uma cidade próxima a Brumadinho. Peguei a autorização, cheguei à cidade e pintei todos os muros que me foram autorizados. As pessoas me disseram que eu seria condenado, porque o Juiz fizera um acordo com os partidos para que não pintassem os muros. Então eu questionei: "onde estava a lei?". Estou agindo de acordo com ela. E os muros ficaram. Os outros partidos e os outros candidatos retiraram a propaganda, ficando apenas a minha. Entendo que realmente está havendo um excesso. Defendo a proposta de V. Exa. ao Ministério Público, de se fazer um trabalho com os Promotores que talvez tenham dúvidas no cumprimento da lei. Tanto o Corregedor quanto o nosso Procurador-Geral Jarbas darão essa orientação aos Promotores das cidades que estão abusando do poder e que não compreendem, de fato, o que pode e o que não pode. É um absurdo o que foi feito com o Prefeito da cidade de V. Exa. e também com V. Exa. Precisamos tomar uma medida, pois a lei é clara. Isso não é proibido, e V. Exa. tem razão. Portanto estou à sua disposição para compor esta comissão.

O Deputado Gustavo Valadares* - Obrigado, pelo aparte, Deputado Célio Moreira. Sr. Presidente, estarei de volta à tribuna, pelo art. 70, para tratar desse assunto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados presentes no Plenário, comunidade que nos acompanha pela TV Assembléia, cumprimento, de maneira muito especial, como o fez Deputado Eros Biondini, do PHS, os trabalhadores da Fhemig que se encontram conosco, nesta Casa Legislativa. Registro e reconheço a luta de vocês. Tivemos oportunidade de realizar um grande debate neste Parlamento sobre a situação dos designados da educação em Minas Gerais. Sabemos que a situação de vocês se assemelha à dos educadores, dos profissionais e dos professores. Aliás, aprovamos um projeto de lei visando à resolução dessa questão.

Historicamente, o governo do Estado tem sido omisso - e ainda o é - em relação aos contratados das diversas áreas do setor público de Minas Gerais, por isso se precisa pensar em alternativas para essa reivindicação que hoje os trabalhadores fazem aqui no Plenário. Assim, em nome da Bancada do PT, registramos a nossa solidariedade à luta e à presença de vocês. Essa é uma causa pela justiça social. É claro que sabemos os limites e as dificuldades de se fazer esse debate. Pela Constituição, ingressa-se no serviço público por meio de concurso público. Por outro lado, está havendo, assim como ocorreu com os designados da educação, uma avaliação dessa situação. Muitas vezes, a lei é feita pela luta, pela organização e pela presença. Solidarizamos-nos, então, com a luta de vocês, pelos anos de trabalho dedicados ao serviço público em Minas Gerais, especialmente na área tão sensível e delicada da saúde. Parabéns pela presença de vocês aqui!

Subo a esta tribuna para tratar de mais dois temas. Na quinta-feira, Minas Gerais receberá, mais uma vez, o Presidente Lula, que tem realizado uma caminhada pelo Brasil, pelas diversas Capitais e pelos diversos Municípios, apresentando, inaugurando ou mesmo anunciando as obras do PAC. Trata-se de um projeto de desenvolvimento para o País, que abre oportunidade de geração de emprego, possibilita acompanhar o bom desempenho da economia, fazendo com que Municípios e Estados reduzam as desigualdades sociais e regionais, implantando, enfim, uma infraestrutura para garantir o crescimento do País, que, em nosso entendimento, precisa estar, cada vez mais, acima dos 5% do PIB, para gerarmos por ano, pelo menos, 2 milhões de empregos com carteira assinada e assim possibilitarmos oportunidades para a classe trabalhadora, especialmente a juventude. Nessa vinda do Presidente Lula, ele inaugurará obras do PAC, em Belo Horizonte, com o Prefeito Fernando Pimentel. Estará, também, em Ribeirão das Neves, um dos Municípios que mais precisam das políticas públicas dos governos federal e estadual.

Anuncio a vinda do Presidente Lula a Minas Gerais, a fim de fazer esse reconhecimento ao nosso Estado. Ressalto o bom momento que vive o governo federal, especialmente no que se refere às políticas e aos programas sociais a que têm acesso os Municípios brasileiros. Essas políticas e programas têm melhorado a vida da nossa população.

No momento em que o Presidente Lula vem, mais uma vez, a Minas Gerais, convido esta Casa e o povo de Belo Horizonte para participar dos eventos. Ao falar de políticas sociais, lembro que, na semana passada, recebemos em Governador Valadares, minha cidade, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que foi inaugurar o Restaurante Popular, cuja obra foi iniciada no governo do saudoso ex-Prefeito João Domingos Fassarella. Considerando-se a história política, a integridade e a honestidade de uma pessoa que se dedicou ao serviço público em nossa cidade e região, bem como em virtude da humanidade com que tratou o Município de Governador Valadares, por meio das políticas e do seu exemplo de vida, nosso Restaurante Popular, inaugurado no dia 9 de abril, recebeu exatamente o nome do ex-Prefeito João Domingos Fassarella. Considerando-se a história que temos em comum, a presença do Ministro Patrus em Governador Valadares foi muito marcante. Tive a oportunidade de trabalhar com ele no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Da mesma forma, o ex-Prefeito João Domingos Fassarella esteve no MDS, durante dois anos, com o Ministro Patrus, contribuindo para a implantação das políticas sociais, do Programa Bolsa-Família, do Sistema Único da Assistência Social em nosso país, especialmente Minas Gerais. Parabéns, Governador Valadares! Parabéns, trabalhadores, juventude, comerciantes, que hoje recebem um Restaurante Popular, com uma alimentação de qualidade, balanceada, equilibrada, oferecida a R\$1,00 a todos os seus habitantes! Essa obra decorre de uma parceria com a Prefeitura, mas a maioria dos recursos investidos vieram do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Relembro que o Presidente Lula estará aqui, na quinta-feira, e que o Ministro Patrus esteve conosco na inauguração do Restaurante Popular em Governador Valadares. Trarei à lembrança ainda uma pessoa muito especial para Minas Gerais e para o governo do Presidente Lula. Refiro-me à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pessoa dedicada ao Brasil e ao governo Lula, comprometida com o PAC, extremamente competente, séria, dedicada às causas sociais de Minas Gerais. Ela passou grande parte de sua vida no Rio Grande do Sul, mas hoje se tem dedicado à implementação das políticas do governo federal, especialmente o PAC.

Quero deixar aqui minha indignação, especialmente com o Senador Mão Santa, que, de forma pejorativa, se dirigiu à Ministra Dilma, em meu entendimento, a uma companheira de luta, uma mulher guerreira. Ele faz uma referência à mulher que se dedica às causas públicas, mas hoje menospreza, da forma como se dirigiu à Ministra Dilma, toda a atuação das mulheres nas funções públicas brasileiras.

Quero deixar aqui, de público, em nome das mulheres, da nossa bancada feminina nesta Casa Legislativa, o nosso desagravo, a nossa indignação e, principalmente, a nossa solidariedade à Ministra Dilma Rousseff, e ainda, em nome dela, a todas as mulheres, todas as mães e famílias, especialmente as mulheres que exercem função pública, seja no parlamento, seja no Executivo, seja no Judiciário. Elas estão assumindo os seus espaços de poder, a importância da atuação da mulher, trazendo sua experiência de vida, sua sensibilidade social, sua dedicação e principalmente sua competência e seu compromisso com políticas públicas de qualidade e ainda o compromisso com a maioria da população brasileira e também de Minas Gerais.

Dilma, quero parabenizá-la pela pessoa humana que você é, pelas funções que hoje exerce no governo do Presidente Lula, principalmente como mulher dedicada à causa pública brasileira. Em seu nome, homenageio também todas as mulheres que têm essa dedicação.

Registro também que, às vezes, o preconceito ainda reina em muitos setores da sociedade em relação às mulheres que se destacam no trabalho, especialmente na política. Não podemos deixar que companheiros, muitas vezes setores conservadores da cidade, façam referência pública às pessoas que têm esse trabalho sério e digno no País, como também todos os que fazem esse mesmo trabalho em Minas Gerais. A todas as mulheres que têm essa causa pública como causa de vida e como ideal de servir quero deixar aqui a minha solidariedade, e primeiramente à Ministra Dilma, assim como a todas as mulheres trabalhadoras do País e de Minas Gerais.

Finalmente, quero registrar em nossa fala o momento importante que vive o Brasil e também Minas Gerais; estivemos ontem participando em Governador Valadares de uma grande audiência de caráter regional, onde discutimos o programa Minas em Lixões.

Em 2005, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizou um dos mais brilhantes seminários denominado "Lixo e Cidadania", que provocou o debate em grande parte das cidades mineiras, o que resultou num conjunto de propostas que, até hoje, estão subsidiando o projeto nacional da destinação final dos resíduos sólidos, o qual se encontra em tramitação na Câmara Federal. Também está contribuindo com proposições para o projeto de lei que se encontra em tramitação na Assembléia Legislativa, para termos uma lei que cuide definitivamente dos resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais. Sabemos que, em Minas Gerais, há muitos Municípios que ainda não resolveram o problema de seus lixões. Ainda há crianças nos lixões em Minas Gerais, e não temos ainda aterros sanitários regulares e controlados em nosso Estado. Na cidade de Governador Valadares, houve um verdadeiro retrocesso em relação a isso. Tínhamos um aterro sanitário controlado, uma coleta seletiva na maioria dos bairros e uma presença forte da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis na coleta seletiva, com trabalho, emprego e renda. Mas hoje assistimos à volta de famílias ao lixão, em um aterro que se tornou novamente um lixão, principalmente com a contaminação do lençol freático das nossas águas, que vão em direção do Rio Doce, pelo depósito das águas contaminadas desse novo lixão que se formou em uma cidade do porte de Governador Valadares.

Ontem, na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, ficou muito clara a necessidade de construção de um verdadeiro aterro sanitário, de se fazer avançar a coleta seletiva, de respeitar o trabalho e fazer a inclusão social dos nossos catadores que estão organizados na Ascanavi, por meio da cooperativa, da Coopervale, principalmente da nossa cooperativa de 11 associações de toda a região do Vale do Rio Doce. Devemos cuidar especialmente para que o crime ambiental não continue a existir em nossa cidade, muito menos em grande parte das cidades de Minas Gerais, e para que haja consórcios. Assim, definitivamente, a destinação final dos resíduos será ambientalmente resolvida e haverá qualidade de vida em nossos Municípios.

Portanto faço esse registro e agradeço ao Deputado Almir Paraca e a toda a equipe da Assembléia que esteve nesta importante audiência pública e foi ao Vale do Rio Doce, a fim de realizar o debate sobre o significado de reestruturação dos sistemas municipais e regionais de limpeza urbana e da qualidade de vida de toda a nossa população. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tenho dois assuntos a tratar nestes 6 minutos, mas falarei especificamente da questão da Fhemig, em função do exíguo espaço de tempo.

Estamos acompanhando a tramitação do projeto da saúde. Hoje fomos procurados pela liderança dos servidores contratados da Fhemig - muitos estão aqui. Esse assunto é importante e merece a atenção e o empenho da Assembléia Legislativa. Todos nós sabemos da importância do concurso público e sempre o defendemos aqui, mas o Estado de Minas Gerais acumulou, ao longo dos anos, situações em que houve processos de contratação em função de necessidade. Hoje, seres humanos que estão há mais de 10, 12 e até 15 anos trabalhando dignamente, recebendo baixos salários, prestando relevantes serviços à população mineira, correm o risco de ter seu sustento, seu salário ameaçado por um processo de demissão de mais de 1.170 servidores, que ganham pouco, trabalham muito e prestam importante serviço à população mineira, Deputado Gustavo e Deputada Elisa, que me antecederam. Segundo informações do movimento, existem hoje demandas que comportariam tanto os novos concursados como ainda garantiriam o emprego daqueles que há mais de 10, 15 anos colocaram o seu trabalho ao lado da saúde pública no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, venho aqui, da tribuna, solicitar principalmente às Lideranças do governo nesta Casa que, junto à Oposição, possamos abrir um canal de diálogo e de entendimento entre os trabalhadores, a direção da Fhemig e a direção da área da saúde do governo do Estado, para que, daqui para a frente, não se contrate mais, em respeito ao concurso público, para o adequado preenchimento das vagas existentes. É preciso que se busquem formas, socialmente justas, para garantir o emprego e o sustento para 1.170 trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais. Sabemos da carência da área da saúde, ou melhor, da carência desses servidores, portanto seria possível fazer a incorporação dos concursados, garantindo a presença dos contratados. Aliás, houve uma situação similar na área da educação, em que esta Assembléia votou um projeto para regularizar a situação dos contratados dessa área. Por unanimidade, viemos aqui, desta tribuna, para dizer que defendemos o concurso público, sem nos esquecermos de que existe uma questão social inserida nesse contexto.

No caso da educação, com certeza o número de servidores contratados era de 10 a 15 vezes maior, e a situação está sendo resolvida. Então por que não resolver a situação de 6 mil, 5 mil servidores contratados da saúde, uma vez que não passa desse número o universo de contratados? Por que não garantir o emprego para esses 1.170 servidores contratados, que trabalham muito e ganham pouco? Eles não ganham nenhum salário de marajá ou um salário para não irem trabalhar. São pessoas que estão lá, debaixo de sol e de chuva, no dia-a-dia, trabalhando no seu limite.

Venho aqui, Sr. Presidente, de público, solicitar que, nesse conjunto de negociação que envolve inclusive a manutenção da jornada de trabalho de 30 horas, esses servidores sejam respeitados. Num momento em que o Brasil cresce e que o Presidente Lula gera tantos empregos, não podemos, em Minas Gerais, colocar 1.170 trabalhadores no olho da rua. Existem aqui Deputados do governo, da Oposição e de todos os partidos que se solidarizam com essa causa. Reitero o apelo ao Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, pessoa sensível que é, para defender o emprego desses dignos trabalhadores da área da saúde. Devemos convocar, sim, os concursados, mas também preservar o emprego dos contratados, já que na área da saúde há carência de pessoal. Espero que, daqui para a frente, não se contrate mais ninguém, a não ser por concurso público, mas que se preserve o emprego dessas pessoas que hoje estão trabalhando no sistema de saúde de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, volto à tribuna para falar, mais uma vez, a respeito de atos cometidos por alguns Promotores, na minha opinião por desconhecimento da legislação eleitoral vigente no País, e não por má-fé, até que me provem o contrário.

Injustiças estão sendo cometidas por eles contra alguns Prefeitos do nosso Estado.

Em meu pronunciamento durante o Grande Expediente, eu já havia dito que o Promotor Christiano Leonardo Gonzaga Gomes encaminhou recomendação ao Prefeito Municipal de Peçanha, Sr. Rangel de Queiroz Filho, para tratar de assunto referente a um evento cultural, um "show" que vai ocorrer na cidade na próxima sexta-feira, para comemorar e inaugurar o muro que circunda o Parque de Exposição do Município de Peçanha. Acho que, nos 15 minutos de que disponho, tenho tempo para ler a Recomendação nº 03/2008, do Promotor. (- Lê:)

"O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Promotor de Justiça da Comarca de Peçanha, no uso de suas atribuições legais, com fundamentos na Constituição da República e no art. 67 da Lei Complementar nº 3.494; considerando que o lazer em todos os níveis é princípio constitucionalmente assegurado na Constituição da República e arrolado entre os direitos sociais; considerando que a Banda Calypso se apresentará na cidade de Peçanha no dia 18/4/2008 para um "show"; considerando que, no ingresso do referido "show", consta que a realização será feita pela Prefeitura; considerando que, no cartaz de divulgação do "show", também consta a realização pelo governo municipal;..." Até então, ele não se equivocou em nada; está tudo certo. Mas "considerando que a venda de ingressos de um "show" realizado pela Prefeitura constitui forma de receita não prevista em lei, conforme a Lei nº 4.320/1964, arts. 9º e 11, desobedecendo ao que nela está previsto...", aí temos o primeiro equívoco do Promotor. Como já tive oportunidade de dizer, Presidente, o Tribunal de Contas do Estado, pela Consulta nº 47.282, de 1992, respondeu afirmativamente quanto à cobrança de ingressos pela Prefeitura. Logo, não há desrespeito à Lei nº 4.320, de 1964, Sr. Promotor.

"Considerando que qualquer ato que viole uma lei enseja a aplicação do art. 11, I, da Lei nº 8.429/92; considerando que as penas para quem viola o art. 11 da Lei nº 8.429/92 são aquelas previstas no seu art. 12, III, entre elas a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos; considerando que mesmo aquele que não é mais agente público responde pelas penas da Lei nº 8.429/92, conforme seu art. 3º;..." Não vejo equívoco nisso. O Promotor está muito bem fundamentado. Ele leu a Lei nº 8.429 e, até agora, não errou, Presidente.

"Considerando que o administrador público se submete aos princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade, conforme o art. 37, "caput", da Constituição da República;..." O agente público, ao menos daquele Município, atua dessa forma, Sr. Promotor, se o senhor ainda não o conhece.

"Considerando que a publicidade de atos do poder público não podem ter caráter pessoal..." Desafio o Promotor de Justiça da Comarca de Peçanha: onde, nos convites e cartazes relativos à festa da próxima sexta-feira, há qualquer menção de caráter pessoal ao Prefeito ou a outro agente político? Fica esse desafio ao Sr. Promotor. Não existe. O que existe é menção à Prefeitura Municipal de Peçanha, que apóia e co-realiza o evento cultural que será realizado na próxima sexta-feira; não há menção de caráter pessoal. Em momento algum, foi citado o nome do Prefeito Municipal ou de qualquer Vereador, Deputado, representante ou agente político daquele Município.

"Considerando que o descumprimento do art. 37 da Lei nº 8.429..." Até agora, ele vem sempre se referindo à Lei nº 8.429. A respeito dessa lei, o senhor não errou, Sr. Promotor.

"Considerando que o Sr. Osmar Vieira Martins mandou confeccionar os ingressos do referido "show", fazendo constar o nome da Prefeitura Municipal de Peçanha..." Isso é óbvio, Sr. Promotor. A Prefeitura é a proprietária do Parque de Exposição da cidade. Quando cedeu o Parque de Exposição para o "show", para esse evento cultural, passou a ser apoiadora, patrocinadora do evento, Sr. Promotor. É por isso que o nome da Prefeitura está no convite e nos cartazes. Em momento algum, saiu o nome do Prefeito da cidade.

"Considerando que tal ato perpetrado pelo Sr. Osmar..." Que fique bem claro que esse Sr. Osmar, Deputado Zezé Perrella, é o co-responsável, com a Prefeitura, pelo evento da próxima sexta-feira, de trazer a Banda Calypso para a cidade de Peçanha. Ele diz que o Sr. Osmar Vieira Martins viola o Código de Defesa do Consumidor, uma vez que faz publicidade enganosa. Sr. Promotor, onde há publicidade enganosa? Explico a todas as pessoas que estão nos acompanhando pela TV Assembléia e nas galerias e aos nobres pares que ele diz que há propaganda enganosa porque é divulgado que a Prefeitura é que está realizando isso. Ela está sim; foi ela que murou o Parque de Exposição. Se não houvesse o novo muro, não poderia haver "show" porque não poderia ser cobrado ingresso. Não há como segurar a entrada de pessoas sem a cobrança de ingresso, se não há muro. Foi a Prefeitura que bancou isso. A Prefeitura é dona do Parque de Exposição e não cobrou um centavo para ocorrer o "show". Sr. Promotor, onde está a propaganda enganosa dita pelo senhor?

"Considerando que a não-feitura da contrapropaganda..." Nem lerei o restante. Ele recomenda várias coisas, entre elas, Deputado Zezé Perrella, que todas as pessoas que entrarem no Parque de Exposição recebam uma contrapropaganda dizendo que a Prefeitura nada tem a ver com o evento. Não se pode citar nome de agente político, nome de ninguém. Está aqui, por meio da Recomendação nº 03/2008, do Sr. Promotor da Comarca de Peçanha.

Sr. Promotor, a legislação eleitoral é clara. Parafrazeando o Arnaldo César Coelho, Deputado Zezé Perrella, a regra é clara. O processo eleitoral acontece nos meses de julho, agosto, setembro, até o dia 5 de outubro próximo, quando a eleição será realizada. Estamos em abril, Sr. Promotor. Nem o Prefeito Municipal nem os Vereadores são candidatos à eleição até que a convenção confirme os nomes deles. A convenção, Sr. Promotor, só acontece de 10 a 30 de junho. O senhor está mal-informado, está cerceando um direito, está agindo e ultrapassando, e muito, as normas constitucionais do nosso país. Tenho a obrigação de alertar não só a população de Peçanha para esses atos cometidos mas a população do nosso Estado. Mais do que isso, tenho a obrigação de alertar ao Sr. Procurador-Geral, a quem solicitarei uma audiência para, quem sabe, antes até da próxima sexta-feira, esclarecer com ele essa recomendação de um dos seus Promotores. Estou na minha obrigação de alertar o Sr. Procurador-Geral de Justiça. Isso não pode ocorrer. Por conta de atos de truculência e de autoritarismo como o desse Promotor, que desconhece a legislação eleitoral vigente no Brasil, é que, a cada dia que passa, o Ministério Público, tão respeitado, é questionado constantemente pelos quatro cantos do nosso país.

O Deputado Inácio Franco (em aparte)* - Agradeço o aparte, Sr. Deputado, e o parabenizo pelo pronunciamento. Digo mais: o Ministério Público está exagerando. O corporativismo que existe nesse órgão é assustador. Tenho um problema com a Promotora na minha cidade de Pará de Minas, já há algum tempo; venho mostrando à Corregedoria, à Ouvidoria e ao Ouvidor-Geral o abuso que vem acontecendo em nossa região com relação ao Ministério Público.

O que vemos é o corporativismo. Temos sentido isso. Encontra-se, na Casa, em votação, uma proposição do Governador do Estado que transfere as custas processuais das ações - 50% vão para o Tribunal de Justiça, e os outros 50%, para o Ministério Público. No final do ano passado, votamos suplementação orçamentária daquela Casa. Tivemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, que ainda está "sub judice". Falou-se muito sobre imunidade parlamentar. Não é isso. O que queremos é regulamentar o serviço do Ministério Público.

Na época, vimos vários Prefeitos de diversas regiões do Estado de Minas Gerais reclamarem da ação do Ministério Público. Temos de combater o exagero. O Promotor de Justiça que propõe ação civil pública contra um político precisa ter a certeza do que está propondo. De quatro em quatro anos, o político vai ali e faz um vestibular e precisa prestar contas dos seus atos à população. O que faz o Ministério Público? Antes de propor uma ação civil pública contra aquela pessoa, chama a imprensa para mostrar e divulgar, às vezes, algo completamente irregular e incorreto. Muitas vezes, o gestor público está com a razão. Aliás, temos visto isso com muita frequência. Se o Promotor de Justiça que propõe ação civil pública contra qualquer pessoa, seja um político, seja um cidadão, perder a causa, tem de responder por ela. Não podemos deixar

que o Estado, no caso de o Promotor perder uma ação, responda por aquilo. Isso está errado. Finalizando, gostaria de parabenizar, mais uma vez, o nobre Deputado Gustavo Valadares. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Solicitarei essa audiência ao Sr. Jarbas Soares, Procurador-Geral de Justiça. Além disso, convidarei parlamentares dos mais diversos partidos para que façam essa visita comigo e tenham essa audiência com o Procurador-Geral, a fim de tratar deste assunto, de suma importância: o abuso que vem sendo cometido por alguns Promotores no interior do Estado para com os Prefeitos, usando como justificativa o ano eleitoral. A nossa legislação eleitoral é clara e diz que a eleição se iniciará em julho deste ano e irá até 5 de outubro, dia da eleição. Solicitarei ao Procurador-Geral que reveja essa recomendação do Promotor da Comarca de Peçanha, onde estarei na próxima sexta-feira.

Seguirei o que o nosso Prefeito Rangel determinar. Se ele quiser fazer pronunciamento, nós o apoiaremos e também faremos pronunciamento; se ele quiser respeitar essa recomendação, vamos respeitá-la também. O que for da vontade do Sr. Prefeito Municipal será feito por mim, mas que fique claro, gravado nos anais desta Casa, que, no dia 15/4/2008, um parlamentar subiu à tribuna desta Casa para, mais uma vez, alertar o País, o Estado Democrático de Direito em que vivemos, a todos que vivem neste país de que está havendo abuso por parte de alguns Promotores, que estão ultrapassando as suas obrigações e as normas constitucionais e legais do País, do Estado e dos Municípios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, servidores, nesta segunda parte, em que retorno à tribuna, gostaria de tratar de um assunto que diz respeito ao meu Partido, o PT. No último dia 13 de abril, o PT realizou um encontro municipal de delegados para discutir a tática eleitoral a ser adotada na Capital do Estado, governada pelo PT, desde 1993, quando era Prefeito o hoje Ministro Patrus Ananias. No último dia 13, o PT tomou, a meu ver, uma decisão absolutamente equivocada. O PT, tendo no governo municipal um Prefeito considerado hoje como um dos mais bem avaliados do País, a maior bancada de Vereadores, um Presidente da República como o Lula, com presença significativa na cidade e com a melhor avaliação que um Presidente já teve nos últimos tempos, parlamentares estaduais e federais votados na Capital, uma administração muito bem avaliada e sendo o Partido mais bem avaliado em Belo Horizonte, tomou a decisão de não lançar candidato a Prefeito. Vejam bem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, um partido que há 16 anos governa a Capital, aprovado pela maioria da população, resolveu não lançar candidato a Prefeito porque quer concretizar uma aliança com o partido que é o maior adversário do Presidente Lula, Presidente do PT.

Então, Sr. Presidente, como petista filiado há praticamente 22 anos nesse Partido - mais da metade da minha vida -, tendo a honra de ter integrado a equipe do ex-Prefeito Patrus Ananias como seu Chefe de Gabinete, como seu Secretário de Desenvolvimento Social, queria manifestar a minha discordância quanto à decisão do PT, no dia 13 - um dia até simbólico, Deputado Rêmoló -, a de abrir mão de continuar tendo um Prefeito em Belo Horizonte, e quanto ao processo, que foi equivocado desde o início. Havia uma comissão eleitoral do PT, que foi desconsiderada. A tese não foi divulgada pelas instâncias do Partido; tomamos conhecimento dela pela grande imprensa.

Os partidos da base aliada do governo Lula, os aliados de primeira hora, não foram ouvidos. Lideranças, como os Ministros Luiz Dulci e Patrus Ananias, mais da metade da bancada federal, parte da bancada estadual, metade da bancada municipal não foram ouvidos nesse processo, que foi atropelado.

E aí faço uma crítica fundamental, Deputado Gustavo Valadares, que é pré-candidato: o processo não discute programa de governo, não discute os problemas do dia-a-dia do cidadão, discute nome: "Qual partido será cabeça de chapa? Quem será o vice? Quem será candidato em 2010?". É isso que se discute. Não se discute o problema do transporte, do metrô, da violência, da questão social. Não se discute nada disso. Qualquer ampliação de aliança deve ter um alicerce programático.

Vou externar minha opinião pessoal: não tenho problema com ampliação de aliança. Considero importante o apoio político do Governador do Estado. O Governador Aécio tem uma postura em relação ao governo Lula diferente da posição do PSDB nacional. O Governador Aécio valoriza o diálogo e estabelece parcerias administrativas benéficas para o Estado de Minas Gerais.

Não sou contra o diálogo político, seja a médio prazo ou seja no plano local, entre o PT e o PSDB. Chegamos a considerar a hipótese de ter o PSDB na chapa, assumindo claramente a aliança, não usando subterfúgio de partido neutro, até porque não existe partido neutro. Todo partido político tem programa, opinião, ainda mais em se tratando de um partido tão honrado e digno como é o Partido Socialista Brasileiro - PSB -, de longa tradição, que brindou Belo Horizonte com uma das figuras públicas mais extraordinárias deste país, nosso querido amigo, sempre Prefeito, Dr. Célio de Castro, que muito nos honrou à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, contando sempre com o nosso apoio.

Por outro lado, um partido que é o mais bem avaliado da Capital poderia ter apresentado um nome para o conjunto dos partidos aliados; poderia ter considerado uma aliança com o PSDB até na chapa, desde que alicerçada por um programa de governo em que ficasse nítido para a população de Belo Horizonte que o projeto democrático popular, o Orçamento Participativo e a escola integrada continuariam em Belo Horizonte e que as nossas referências programáticas seriam mantidas e aperfeiçoadas.

Uma aliança precisa ter conteúdo político e programático. Em nenhum momento, o processo primou por esse cuidado; assim, desvalorizou o PT e suas lideranças. O PT de Minas, de BH, poderia ter nomes competitivos, que contassem com o apoio de todo o partido e dos partidos aliados. Não concordo com a tese de que o PT não teria outra alternativa; pelo contrário, além da desvalorização do partido, os nossos aliados de primeira hora também foram desconsiderados.

São eles partidos que estiveram conosco nas derrotas, partidos que compartilharam conosco o governo municipal, partidos que, no pior momento do governo Lula, estiveram firmes, lutando até contra o "impeachment" do Presidente, arquitetado pelos partidos adversários. Assim, abandonam-se os aliados históricos para incorporar os adversários do Presidente Lula.

Mas não são estreitos. Considero que o PSDB de Minas e, principalmente, o Governador têm uma característica diferente do PSDB nacional. Portanto, reitero: não somos contra a tese de incorporação do apoio do Governador, desde que seja num processo inclusivo, que contemple os partidos da base aliada, que respeite, de fato, as bases do PT. Não foi isso o que aconteceu. Temos ainda o dia 27 para selar a nossa tática eleitoral.

E aqui gostaria de fazer um comentário: li hoje, na imprensa, que alguns parlamentares estão dizendo que a incorporação, Deputado Gustavo Valadares, de partidos da base aliada do governo Lula acontecerá aqui - a chapa em Belo Horizonte está pronta. Alguns parlamentares estão se achando com o direito de fazer isso. Vão trocar a participação aqui, em Belo Horizonte, pela vaga no interior. São cidades importantes como Montes Claros, Juiz de Fora. São cidades importantíssimas em Minas, onde o PT é muito forte. Será que isso já foi combinado com o PT desses Municípios? Estão negociando a tática eleitoral desses Municípios para resolver o equívoco do processo de Belo Horizonte. Acho até que seja uma espécie de exportação do método impositivo a outras cidades do PT de Minas. Espero que isso não aconteça. Espero que as direções municipais de Juiz de Fora e de Montes Claros, até mesmo de outras cidades, fiquem bastante alertas. Sei que devo estar sendo acompanhado por militantes do PT. Fiquem de olho, pois podem estar trocando a tática eleitoral do seu Município em reuniões aqui, em Belo Horizonte, para resolver o problema de Belo Horizonte.

Gostaria de externar, por isso, a minha decepção com o último encontro realizado, do qual não participamos. Aliás, o processo de escolha de delegados foi dos piores, sem debate político, precedido de filiações em massa, inclusive questionadas nas instâncias estadual e nacional. Mas diria também, com uma ponta de otimismo, que ainda há tempo, pois teremos o dia 27. Evidentemente a decisão, conforme a tática eleitoral do PSB e do PT, limita o campo de construção de alternativas. Mas alternativas existem. O Presidente Lula fez um apelo, levantou reflexões importantes, solicitou que fosse considerada a opinião de Ministros mineiros, de partidos da base aliada, sugeriu que o processo fosse reconsiderado. Será que nem o Presidente Lula será ouvido, a maior liderança política do País e do nosso partido? Não acredito. Não acredito.

Espero que o bom-senso prevaleça. Temos um Prefeito dos mais competentes, uma gestão digna de elogios, 16 anos de avanço nas políticas sociais e urbanas. O PT mineiro tem tudo para se afirmar. Talvez esteja faltando uma dose de bom-senso. Temos que agir sem excluir ninguém, incorporando politicamente, sim, o apoio do Governador, que tem peso político na Capital, que tem um relacionamento diferenciado com o Presidente Lula, mas sem colocar interesses de curto prazo, interesses políticos, ainda que legítimos, acima de projetos coletivos. O fortalecimento do PT, do projeto democrático popular atende ao cidadão de Belo Horizonte. E, pensando no cidadão belo-horizontino, faço este pronunciamento. Espero que aqueles que conduzem o processo da sucessão municipal pensem que a unidade do PT é um patrimônio que não pode ser dilapidado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputados, Deputadas, caros telespectadores da TV Assembléia. Sr. Presidente, subo à tribuna para fazer um agradecimento ao Deputado Weliton Prado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, por ter acatado praticamente todas as emendas parlamentares no projeto de reestruturação do Judiciário. Na minha cidade, incluímos mais três varas. Estão sendo criadas entrâncias especiais em 16 cidades. Em contato com o Presidente do Tribunal, Desembargador Orlando Adão, disse-lhe que nós, Deputados, não poderíamos abrir mão desse processo por conhecermos profundamente as nossas cidades, as nossas regiões e as necessidades de justiça do nosso povo. Na próxima comissão em que esse projeto aportar, temos que participar um pouco mais para evitar que o relatório aprovado na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização seja alterado. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque o último bastião da democracia, o derradeiro, aquele no qual todos confiam, aquele para o qual as pessoas, no momento de maior desespero, apelam, é a Justiça. A Justiça de Minas precisa de uma ampliação para que nos dê um pouco mais de garantia de que o cidadão, ao recorrer a ela, tenha-a à disposição. Ainda não temos isso por completo, embora o Poder Judiciário tenha trabalhado muito bem, a Amagis tenha se esforçado, modernizações estejam sendo feitas, especialmente no tocante aos precatórios. Arranjos têm sido feitos, acertos, conciliações importantes. Neste mês, o Estado começou a pagar o precatório dos velhinhos em razão da nossa interferência na Assembléia. Trabalhamos por uma lei que prioriza as pessoas com mais de 65 anos em se tratando do recebimento dos precatórios alimentícios. Temos tomado uma série de providências para melhorar o sentimento de apoio que a população tem, ou deve ter, com a aplicação da Justiça. Os operadores do direito precisam de um reforço. Há, nesta Casa, uma discussão que começou bem, que trata da redistribuição dos valores das custas processuais. A proposta que nos chega premia apenas uma divisão muito singela de 50% para o Tribunal e 50% para o Ministério Público. Precisamos alterar isso e já nos posicionamos para que realmente o Tribunal de Justiça administre 50% desses recursos, mas que os outros 50% sejam divididos entre a Defensoria Pública e o Ministério Público. Por quê? Porque a Defensoria Pública tem o papel de advogar para o mais pobre e é, da esfera dos operadores do direito, a entidade que tem menos recursos à sua disposição, embora, no governo Aécio Neves, tenham-se colocado à disposição instrumentos, equipamentos, espaços físicos, além de se dobrar praticamente a remuneração do Defensor Público. Ainda há muito o que fazer. O pobre, o analfabeto, o semi-analfabeto, o pobrezinho, o coitadinho, tem como advogado o Defensor. É preciso, pois, que ele tenha condições operacionais junto ao sistema jurídico para que esse segmento seja melhor defendido.

Então, neste instante, o meu destaque é para o fato de que estamos apreciando esse projeto, que já passou por duas comissões e passará por mais duas. Aproveito este espaço para dizer aos nossos conterrâneos do interior que os Deputados estão preocupados com dois aspectos. O primeiro refere-se à manutenção das emendas apresentadas pelos parlamentares, objetivando ampliar o número de comarcas, o número de Juizes, criando entrâncias especiais nas cidades-pólo mais importantes, com mais de 150 mil habitantes, para que a Justiça seja melhor aproveitada pelo cidadão como um todo. O segundo diz respeito ao projeto de lei que redistribui as verbas referentes às taxas judiciárias, a fim de que sejam distribuídas de forma mais equânime entre os órgãos do Poder Executivo, que são o Ministério Público e a Defensoria, e a Justiça, com 50%.

Achamos que esses dois instrumentos são muito importantes para que, a partir do próximo ano, Minas Gerais seja modelo para o Brasil. Muitos avanços foram feitos na área do Judiciário. Quero fazer um destaque em relação a essa expectativa.

Na semana passada, comentamos aqui a respeito da prisão dos Prefeitos. Dissemos que, no prazo máximo de uma semana, eles estariam soltos porque, na verdade, não cometeram crime algum. Se crime houve, foi praticado por seus advogados em conluio com um Juiz que vendia sentenças. Todos os Prefeitos, à exceção do de Juiz de Fora, estão soltos, com suas defesas prontas. Até o momento, nenhuma prova contundente foi apresentada de que houve desvio de recursos públicos. Os recursos carreados às contas das Prefeituras, com base nas sentenças judiciais, saíram do caixa do Tesouro Federal para o caixa do Município. O que se discute é se o preço do contrato de honorários feito pelos Prefeitos era justo. Há uma certa liberdade de contratação. A própria Lei nº 8.666 diz que, ao contratar advogado, engenheiro especialista em alguma área, vale o notório saber. Não há, portanto, necessidade de licitação. A contratação de advogado é legal. É necessário ser uma pessoa da sua confiança. Você pode contratá-lo independentemente de licitação, afastando o risco de ter um recém-formado completamente incompetente para defender uma causa importante de uma Prefeitura.

Então a imprensa divulgou. Teremos o resultado. Ao final, teremos exatamente o que falávamos na semana passada: os Prefeitos inocentados. Houve um transtorno imenso com tudo isso, pois, politicamente, a Polícia Federal destruiu esses Prefeitos. Já são ladrões, e não foram sequer processados. Ainda se está na fase investigatória, mas são todos ladrões. Não sei, Sr. Presidente, a quem serve ou ao que serve fazer esse dano tão irreparável na imagem do político.

Eu dizia, numa palestra que fiz na Faculdade de Direito Milton Campos, que o grande equívoco da sociedade é achar que todo político é ladrão. Quando chega a eleição, temos a mudança do Prefeito, do Governador, do Presidente da República, dos Senadores, dos Deputados Federais e Estaduais.

Certamente, aqueles que chegam a esta Casa são representantes do povo, pois foram eleitos com o voto do povo. Quando, em um pronunciamento qualquer, faço uma crítica mais contundente a algum setor, conforme aconteceu na semana passada, costumo receber "e-mails" desaforados em meu gabinete, aos quais respondo: gostaria que você dissesse isso ao Deputado no qual votou, se é que você se lembra em quem votou. Falo assim porque a maioria das pessoas não sabe em quem votou nas últimas eleições. Se fizermos uma pesquisa nas ruas, descobriremos que, em 10 pessoas, 9 não saberão em quem votaram nas últimas eleições. Prego o voto responsável; as pessoas têm de saber em quem votaram, têm de conhecer o político em quem votaram.

Aqui, na Assembléia, bem como no Congresso, todo mundo defende financiamento público de campanha para acabar com a corrupção. No entanto, não se consegue acabar com ela; pelo contrário, sairá mais dinheiro do caixa do governo para o bolso dos políticos. A única forma de acabar, reduzir a corrupção é partir para o voto distrital. Porém, quem deixará isso acontecer? Os atuais Deputados Federais? Claro que não! Eles compraram votos no Estado inteiro. Fizeram-no por telefone. Logo, a eles não interessa haver um distrito eleitoral; não lhes importa haver uma região na qual trabalhe e com a qual possua vínculos.

Cito o caso interessante de Margareth Thatcher, Primeira-Ministra da Inglaterra por 11 anos. Todos sabem que ela, estivesse na Índia, na China, no Brasil, nos Estados Unidos, tinha um compromisso de, aos sábados, às 10 horas da manhã, estar na igreja do Condado de

Rochester, onde era Deputada. Então, tinha de prestar contas.

No dia em que votarmos um pouco mais conscientemente, especialmente nos nossos Deputados Federais, já que são eles que fazem as leis federais, teremos o voto distrital. Qual é a vantagem do voto distrital? É que o cidadão conhecerá de fato as pessoas nas quais irá votar. Essas pessoas, obrigatoriamente, terão de residir, ter domicílio eleitoral na sua região. A legislação brasileira é tão falha que, conforme noticiado nos jornais, um cidadão foi Prefeito pela quarta vez da seguinte maneira: foi Prefeito primeiro em um Município e, quando faltava um ano para as eleições seguintes, mudou-se para outro Município. Continuou agindo assim, até ser Prefeito de quatro Municípios diferentes. Portanto, a lei eleitoral está uma bagunça, mas, na hora de discuti-la, os políticos não debatem objetivamente aquilo que realmente é importante.

Conhecemos muito bem a política, pois sigo essa carreira há trinta e tantos anos. O passeio dos políticos por todos os Estados é algo que me assusta. Em cada Estado, eles passeiam, negociam com Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias, compram votos - alguns pagam, outros não - elegem-se e depois se esquecem de coisas importantes. Por exemplo, dezenas e dezenas de artigos da Constituição Federal de 1988 ainda não foram regulamentados. Deixaram de mostrar claramente à população que ainda não saímos da ditadura militar de 1964, já que a medida provisória substituiu o decreto-lei, que entra em vigor imediatamente. Diante disso, os Deputados ajoelham-se.

Ontem assisti, no programa do Jô Soares, a uma entrevista do Presidente do Senado, segundo o qual, lamentavelmente, enquanto não acabarmos com a medida provisória, o Senado não terá controle da situação. Então está tudo invertido, errado. Como políticos, pagamos um preço altíssimo, por meio das críticas feitas pela população, que, aliás, está correta, está errando apenas o foco. A classe política realmente precisa mudar seu comportamento, mas é necessário estabelecer como fazê-lo. É preciso saber o que é Executivo, Judiciário e Legislativo. Quais são as verdadeiras funções de cada Poder? No dia em que acabaram com a disciplina OSPB nas escolas, fizeram com que o Brasil passasse a ser analfabeto político. Não se ensina mais às mocinhas e aos rapazinhos o funcionamento da estrutura do Estado. Não há outra forma de termos um país, uma pátria, se não houver democracia. Todos os regimes fechados, socialistas e comunistas, faliram.

A democracia é difícil e complicada, mas é o melhor regime, no qual o povo tem o poder de escolher os seus governantes. Se o nosso povo escolhe errado, é um problema que deve ser muito discutido. Por isso há esse espaço aqui, da Assembléia, onde discutimos esses assuntos importantes de um modo um pouco mais profundo, Sr. Presidente, porque nos levam a alertar a nossa população.

Hoje, por exemplo, está em minha cidade, Teófilo Otôni, o Expresso da Cidadania, da Assembléia Legislativa, para dar aulas de política para os jovens, sem a participação dos políticos. Não fui, assim como outros políticos também não foram. Até pedi aos Vereadores que não comparecessem, para deixar os cientistas e sociólogos darem aula de política para os meninos. Estão em Teófilo Otôni, fazendo um belo trabalho. Já rodaram pelo Estado inteiro. O Expresso da Cidadania será encerrado aqui. Estão tentando fazer com que os jovens despertem para a vida pública e nos ajudem a melhorar o sistema por meio da melhoria das pessoas, com a melhoria dos seus representantes.

Podemos dizer hoje, com a maior tranquilidade, que temos maus representantes porque foram estes que elegemos. A culpa é nossa. Se erramos ao votar, temos de corrigir mais à frente. É preciso prestar atenção. Até hoje, não recebi um "e-mail" desaforado - e recebi muitos no ano passado, quando fiz críticas à atuação do Ministério Público. Mas não recebi nenhum "e-mail" desaforado de meus eleitores porque eles me conhecem. Fui votado exclusivamente em minha região. Não busquei voto em outra parte do Estado porque acho que o voto distrital deve ser feito na prática, se não puder ser feito do ponto de vista legal.

Sr. Presidente, considero importante a formação política dos jovens. Quero cumprimentar a direção da Mesa, da qual V. Exa. participa, pela organização do Expresso da Cidadania, porque estamos dando um exemplo para a sociedade. Se todos os educadores, profissionais liberais, pessoas mais conscientes, dirigentes de entidades de classe e representantes de associações comunitárias pudessem, por um, dois ou três dias na semana, discutir política antes das eleições e mostrar o melhor caminho, certamente melhorariamos muito o perfil do político brasileiro pela melhoria da qualidade do candidato ao cargo do parlamentar que nos representaria.

Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade para falar desse assunto que acho sobejamente importante, mas sobretudo ressalto ao nosso Líder do Governo e peço o seu apoio para que esse projeto do Judiciário não seja alterado nas demais comissões, para que possamos ampliar a justiça em benefício dos mais pobres do nosso Estado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos acompanham aqui, na Assembléia, e pela TV Assembléia e, de um modo especial, os servidores públicos que aqui estão, da Fhemig e de outras instituições que muito respeitamos, entendemos como extremamente justas as suas reivindicações. Cumprimentando-os, queremos dizer do nosso compromisso de aqui, na Assembléia mineira, não apenas debater as idéias e os projetos, mas buscar soluções efetivas para os problemas que afetam a todos os mineiros. Se não formos capazes de resolver os problemas que afetam os nossos servidores, com certeza fracassaremos na busca de resolver os problemas de todos os mineiros. É preciso tratar o servidor público com dignidade, buscar resolver os problemas que afligem a sua vida, para termos um serviço público de qualidade, atendendo ao nosso povo. É essa a função do Estado que se organiza para o povo. O Estado se organiza para o povo; o Estado não pode se organizar para os políticos, para os partidos ou para quem exerce o poder. A estrutura do Estado tem de estar a serviço do povo. Quem presta esse serviço? Em última instância, é o servidor que efetivamente está frente a frente com o cidadão.

Já encontramos uma solução para o problema das nossas professoras e das serventes escolares. No início deste ano, visitei várias escolas estaduais, e com que alegria encontrávamos algumas serventes e professoras que viviam situação semelhante a essa dos servidores da Fhemig, com 10, 15, 20 anos de serviços prestados, mas com a insegurança de, a qualquer momento, ficarem desempregados, sem poderem nem aposentar, às vezes até com 60 anos de idade. Votamos aqui um projeto, e a lei está em vigência, trazendo mais tranquilidade. Portanto os servidores que aqui estão buscam o direito sagrado de ter seu trabalho respeitado. É óbvio que temos de achar uma solução. Não vamos pregar para os servidores um discurso demagógico, dizendo que é fácil, que basta votarmos uma lei amanhã, e está tudo resolvido.

O Deputado Getúlio Neiva, com a experiência que tem, lembrou que o Congresso Nacional tem de agir, não pode ficar refém das medidas provisórias e literalmente não trabalhar para resolver as demandas da nossa população. Essa questão que envolve os servidores da Fhemig e vários outros tem um complicador constitucional, mas isso não significa que não haja solução. A Constituição já foi modificada inúmeras vezes, o que não é muito bom, mas ela deve existir para servir à população como um todo, e não para subjugar-la, não para prejudicar o cidadão. Nesse caso, fica uma vez evidente que o Estado - não este ou aquele governo -, por mais de décadas, mantém uma pessoa contratada, não estabelece concurso público. E depois de 20 anos, o servidor simplesmente é demitido, numa situação de absoluto desespero? Precisamos encontrar solução. Estejam certos de que terão a nossa solidariedade.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, quero acolitar V. Exa. em seu pronunciamento tão oportuno nesta tarde e solidarizar-me com os funcionários da Fhemig que vivem esse problema e vieram a esta Casa hoje para buscar um socorro, um auxílio, já no auge do desespero de tantos anos vividos e trabalhados, sem terem sua situação funcional regularizada. Conheço bem esse assunto e digo que, infelizmente, não é apenas o pessoal da Fhemig que passa por isso, mas também outras categorias profissionais do Estado. Nesta semana, fui procurado por Agentes Penitenciários, agentes socioeducativos que trabalham em penitenciárias, presídios e casas de recuperação de adolescentes da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais também há dois, três, cinco ou seis anos, com contrato administrativo. Entra ano, sai ano, e eles correm o risco de terminar o tempo exaurindo suas forças, sem saúde, tendo de deixar o serviço, sem perspectiva de aposentadoria.

O Estado, o Governador Aécio Neves, tem de dar uma solução a esse problema, ainda que seja da mesma forma como ocorreu com o dos professores do Estado de Minas Gerais, dos contratados, dos que estavam transitórios e foram efetivados por lei aqui, nesta Casa. Foi preciso criar uma lei para que todos aqueles que têm um tempo maior de trabalho, sob contrato administrativo, fossem concretamente efetivados. É o pessoal da Fhemig, são os Agentes Penitenciários, são os agentes socioeducativos. Essa chaga social não pode perdurar. Não é possível, em 2008, estarmos aqui, Deputado Getúlio Neiva, vivendo a mesma situação, como há 20 anos. Esse problema parece não ter solução. V. Exa. está de parabéns ao tomar a frente em defesa do interesse do pessoal da Fhemig. Eu acrescentaria os Agentes Penitenciários da Secretaria de Defesa Social. Vocês podem contar com a nossa solidariedade.

O Deputado Domingos Sávio - Para concluir minha reflexão com a louvável e grande contribuição do nobre Deputado Luiz Tadeu Leite, apenas acrescento que, em benefício de que essa tese não seja levada a sério nem seja acolhida como demagógica, de quem está jogando para a platéia... Esse não é o meu estilo. Os Deputados que convivem comigo sabem disso. Preocupo-me com os problemas com o objetivo de ver a solução deles. E é por isso que gostaria de acrescentar um aspecto. Precisamos e vamos estar ao lado de vocês, da Fhemig e de outros órgãos públicos, que estão aí há décadas, portanto com tempo para se aposentarem, mas com contratos precários. Aliás, como podemos falar em contrato precário, se alguns já estão há 20 anos no serviço, como é o caso das serventes escolares.

Por outro lado, para que não sejamos reféns daquele argumento que diz que estão querendo novamente instalar o "trem da alegria", ou seja, um Estado que não leva a sério o princípio constitucional do concurso público, quero deixar claro que sempre fui e continuo sendo radicalmente a favor do concurso público, embora saiba que precisamos resolver o problema de vocês. Então, para isso, é necessário que o Estado pare com esse negócio de ficar contratando sem concurso. É preciso que o Estado aja com firmeza e deixe bem claro que essa é uma situação que exige solução, em razão do passado de erros que foram cometidos pelo Estado, e não pelos servidores públicos. Quem errou foram os administradores anteriores ao Aécio Neves. Agora, vivemos numa época em que não temos visto novas contratações na Fhemig, não é verdade? Aliás, todos os servidores da Fhemig se manifestam concordando comigo. Hoje o governo já faz concursos para a Fhemig. O governo Aécio Neves está certo, ele tem de continuar fazendo concursos, mas ele também não pode abandonar à própria sorte ou à infelicidade aqueles que já deram boa parte da sua vida para trabalhar para o povo mineiro. Dessa forma, é preciso resolver o problema dessas pessoas, mantendo-se firme na decisão de fazer concursos públicos, para que o serviço público seja administrado com absoluta imparcialidade, sem apadrinhamento nem clientelismo, porque o serviço público é para o povo, e não para privilegiar o governante que ali está apenas temporariamente. Portanto, contem conosco.

Aproveito para dizer que, nos próximos dias, vou me reunir com a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, ocasião em que farei essa defesa. Também levarei outro propósito, visto que essa audiência foi pedida porque já passou da hora de haver um tratamento mais justo para os meus colegas de profissão, para os médicos-veterinários e para os servidores do IMA. Não se trata de mera ação corporativa. Digo isso com a consciência absolutamente tranqüila, até porque, infelizmente, já não exerço a profissão de médico-veterinário há mais de uma década. Lamentavelmente, porque adoro essa profissão. Foi a profissão que escolhi e com a qual me realizei como ser humano e profissional.

Cuidar daqueles que mereceram a atenção e o carinho de São Francisco de Assis é bem mais fácil que a missão que assumi atualmente de tentar representar os meus irmãos, os cidadãos e as cidadãs. Em síntese, ser veterinário foi sempre mais fácil e até prazeroso, mas a vida trouxe-me outra missão. E hoje digo isso como Deputado, e não como veterinário. Um Deputado ciente de que é inaceitável que um médico-veterinário, após sair da faculdade com os seus quase 25 anos - isso se ele se formar muito jovem, como eu me formei jovem, porque só na faculdade são cinco anos no mínimo, e pagando universidades caras -, após dedicar toda uma vida, possa ganhar mil e poucos reais por 8 horas de serviço, com dedicação exclusiva para lidar com uma atividade insalubre, que expõe sua vida a riscos. Sabemos que se trata de uma atividade fundamental para a saúde de todos os seres humanos. Quem hoje que me ouve não comeu nem bebeu algum produto de origem animal? Com certeza, 100% dos ouvintes fizeram isso, ou seja, beberam leite ou comeram ovo ou alguma carne ou produto que tenha na sua produção algum ingrediente de origem animal. Quem está preparado para acompanhar, fiscalizar e garantir a qualidade desses alimentos são os médicos-veterinários, e não só na inspeção, mas também no IMA, por ocasião do acompanhamento das zoonoses e das doenças transmitidas pelos animais aos seres humanos.

Esses profissionais já estão a ponto de cruzar os braços, e eu diria que com muita justiça, embora não defenda essa alternativa como primeira. Portanto, levarei esse apelo. Exerço com um amor e uma dedicação enormes minhas funções como Líder do Governo do nosso grande Governador Aécio Neves, mas não tenho nenhum constrangimento em me bater por causas que, entendo, não estão sendo cuidadas como deveriam. Nesse caso, há demora excessiva. Já me prometeram solução no ano passado, mas os meus colegas veterinários e o pessoal do IMA já estão descrentes. Levarei à Secretária Renata Vilhena esse apelo, como também o dos profissionais da Fhemig, a causa dos que estão contratados há muitos anos. Espero que o governo aja com a firmeza que vem agindo nos anos anteriores. Problemas históricos, que pareciam não ter solução, o Governador está enfrentando e solucionando. Acredito no nosso Governador e na Secretária Renata Vilhena, extremamente competente. Com a orientação do nosso Vice-Governador, Antônio Augusto Anastasia, haveremos de encontrar uma solução também para esse.

Quero concluir fazendo referência à oportunidade que a Assembléia me deu de representar o Parlamento mineiro no III Congresso Internacional do Método Ressequier, que aconteceu na Itália, há uma semana. Foi um momento extremamente rico de aprendizado e uma oportunidade de levar a palavra do Parlamento mineiro. Trataram de uma questão essencial para todo ser humano, especialmente para o serviço público: a humanização e a relação com o ser humano no atendimento da saúde e da educação, especialmente. Esse método pode e deve ser aplicado nas relações interpessoais das mais diversas atividades humanas, principalmente aquelas em que o profissional vai acolher, tratar, educar, cuidar de outro ser humano. Às vezes, a gente se esquece de cuidar da forma como se faz isso. Às vezes, pensamos que apenas as técnicas das ciências físicas, biológicas, exatas, ou mesmo as humanas, podem explicar ou orientar o profissional adequadamente para exercer plenamente a profissão e levar a melhor educação e a melhor saúde ao cidadão. Esse método abre perspectivas novas e eficazes. Um dos profissionais presentes, o Dr. Rossini, da minha querida Divinópolis, mencionou que esse método só pode ser traduzido pela palavra "amor", esse sentimento universal que nos remete aos grandes mestres. Ele foi muito feliz ao relatar as próprias experiências como ortopedista, aplicando esse método e vendo os resultados não apenas na teoria, mas na prática. Estavam também presentes o Dr. Luiz Carlos, neurocirurgião; a Dra. Eliana, médica; a Dra. Cláudia, fisioterapeuta, todos de Divinópolis. Havia também profissionais de Goiás, do Paraná, de Santa Catarina - uma boa comitiva do Brasil -, da Itália, da França, da Espanha, de vários países do mundo e, para a minha alegria, vários profissionais do Brasil, mostrando que esse método está ganhando força aqui. Acredito que, em Minas, tenhamos um ambiente propício não só no Parlamento mineiro, mas também no governo, para que experiências como essa sejam aplicadas de forma eficaz para melhorar a educação e a saúde.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Fiz questão de ouvi-lo atentamente e, mais uma vez, quero parabenizá-lo. V. Exa. expôs, de maneira muito adequada, a situação dos servidores contratados da Fhemig.

Acho perfeitamente possível caminharmos para uma proposta que a meu ver é a do bom-senso: daqui para a frente, não se admite nenhum tipo de contratação fora do concurso público; mas, por uma questão social e de necessidade do próprio serviço público, essa seria uma forma de regularizar e preservar o emprego desses trabalhadores que prestam serviços ao cidadão mineiro na área da saúde, têm uma remuneração baixa e estão lá há 10, 12 ou 15 anos. Temo que, com a demissão desses servidores, alguns concursados sejam chamados, mas a necessidade de pessoal apareça novamente e novas formas de contratação voltem a acontecer, para resolver a situação do poder público na área da saúde. Temos de buscar um entendimento. Nesse caso, não há base de governo ou Oposição: somos defensores do emprego e desses dignos trabalhadores. Que possamos caminhar de mãos dadas pela resolução dessa questão, eminentemente social, em defesa do emprego e a favor da vida dos mineiros. Parabéns, Deputado! Estamos juntos nessa luta.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao Deputado André Quintão as palavras, e ao Presidente, a tolerância. Pela impossibilidade de tempo,

deixo para trazer no próximo pronunciamento mais detalhes sobre essa representação do Parlamento mineiro, que procuramos fazer da melhor maneira possível, nesse congresso sobre o Método Ressequier. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2007

CONVITE Nº 6/2007

Objeto: contratação de empresa ou profissional autônomo especializado em cenografia para elaboração de projeto de reprogramação visual, reformas e criação dos cenários no estúdio da TV Assembléia. Licitantes habilitados: Agnaldo Souza Pinho, Artes Cênica Produções Ltda. - ME e Lazuli Arquitetura Cenotécnica e Cenografia Ltda.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado, incluindo sistemas informatizados de automação, equipamentos e instalações. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Tomada de Preços nº 4/2007.